

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.128 - MA (2020/0270617-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR : MILLA PAIXAO PAIVA - MA017620
AGRAVADO : LUÍS CARLOS ALMEIDA
ADVOGADOS : FÁBIO ALEX DIAS - MA012154
AUGUSTO VINICIUS CASTRO SOUSA - MA012136

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado pelo ESTADO DO MARANHÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO. COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL. INOCORRÊNCIA. NÃO APRESENTAÇÃO IMPUGNAÇÃO/EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO ARTIGOS TIDOS COMO INCONSTITUCIONAIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O artigo 535, § 5º, do NCPC (antigo art. 741, parágrafo único, do CPC/73), atribuiu à impugnação (embargos) à execução eficácia rescisória de sentenças inconstitucionais. Por tratar-se de norma que excepciona o princípio da imutabilidade da coisa julgada, deve ser interpretada restritivamente, abarcando, tão somente, as sentenças fundadas em norma inconstitucional, assim consideradas as que: (a) aplicaram norma declarada inconstitucional; (b) aplicaram norma em situação tida por inconstitucional; ou (c) aplicaram norma com um sentido tido por inconstitucional.

2. Em qualquer desses três casos, é necessário que a inconstitucionalidade tenha sido declarada em precedente do STF, em controle concentrado ou difuso e independentemente de resolução do Senado, mediante: (a) declaração de inconstitucionalidade com ou sem redução de texto; ou (b) interpretação conforme a Constituição.

3. Ausência de demonstração pelo apelante da inconstitucionalidade alegada suficiente a inquirir a sentença e excepcionar a imutabilidade da coisa julgada.

4. Recurso conhecido e desprovido.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 535, inciso III, § 5º, do Código de Processo Civil, no que concerne à possibilidade de se alegar a inexigibilidade de título judicial na fase de cumprimento de sentença, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Desta feita, de plano, verifica-se que a decisão recorrida ofendeu a legislação federal acima colacionada, tendo em vista que negou aplicabilidade ao NCPC, onde há previsão expressa acerca da possibilidade de alegação de inexigibilidade do título judicial na fase de cumprimento de sentença (fl. 225).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 535, inciso III, § 7º, do Código de Processo Civil, no que concerne à inexigibilidade do título, porquanto contrário à jurisprudência consolidada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, inclusive em sede de repercussão geral, anterior à sua formação, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

De outro lado, as razões do presente recurso são também acerca da própria inexigibilidade em si do título executivo. Isso porque, o título executado garantiu o direito adquirido a regime jurídico a carreira de servidores em total contrariedade à jurisprudência consolidada do STF acerca da inexistência de direito adquirido a regime jurídico.

Com efeito, verifica-se que ainda no ano de 2009, o STF julgou o RE 563.965, estabelecendo a tese de que não há direito adquirido a regime jurídico, desde que respeitado o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos:

Teses de Repercussão Geral RE 563965 - I - Não há direito adquirido a regime jurídico, desde que respeitado o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos; II - A Lei complementar 203/2001, do Estado do Rio Grande do Norte, no ponto que alterou a forma de cálculo de gratificações e, consequentemente, a composição da remuneração de servidores públicos, não ofende a Constituição da República de 1988, por dar cumprimento ao princípio da irredutibilidade da remuneração. Já a sentença do processo de conhecimento (ação coletiva 14.440) foi proferida em 18/02/2010, assegurando a servidores públicos o direito adquirido a regime jurídico, com base nas normas dispostas nos artigos 54/57 da lei estadual nº 6.110/94.

Portanto, muito antes da prolação da sentença no processo, bem como do trânsito em julgado da ação coletiva, o STF já havia declarado a inexistência de direito adquirido a regime jurídico, considerando constitucionais legislações que modificaram a forma de remuneração de servidores públicos, desde que respeitada a irredutibilidade nominal.

Ademais, a tese de repercussão geral foi julgada em 2009, mas a

jurisprudência já era consolidada nesse sentido desde muito antes, não havendo dúvida de que a sentença está embasada em aplicação e interpretação de lei tida pelo STF como incompatível com a Constituição Federal, situação na qual a obrigação decorrente do título judicial é inexigível, nos termos do § 5º do artigo 535, do CPC/2015 (fl. 225).

Quanto à terceira controvérsia, alega violação do art. 927 do Código de Processo Civil, no que concerne à necessidade de observância da tese vinculante fixada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão no Incidente de Assunção de Competência (IAC) n. 18193/2018, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No processo originário, a Contadoria Judicial adotou como marco inicial das diferenças salariais o mês de novembro de 1995, apurando valores compreendidos nos 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação 14.440/2000, reportando-se ao prazo prescricional contado a partir do ajuizamento da ação ordinária coletiva.

Considerou, ainda, a data de 31.12.2012 como marco final das diferenças salariais, reportando-se a acordo firmado entre o SINPROESEMMA e o Estado, do qual resultou a criação do novo estatuto do educador (lei nº 8.960/2013) e a extinção da obrigação de o Estado implantar na remuneração dos integrantes do Grupo Magistério de 1º e 2º Graus o aumento de remuneração assegurado pelo título judicial, ficando ressalvada a obrigação de pagar os atrasados.

Estes cálculos foram homologados pelo juízo de primeiro grau e confirmados pelo acórdão recorrido, nos seguintes termos:

No que tange ao mérito recursal propriamente dito, constato que os cálculos apresentados pelo exequente (agravados) consideram a limitação temporal e as disposições da Lei Estadual nº 7.885/2003 - que reestabeleceu o escalonamento de 5% entre as referências da carreira do magistério estadual -, na medida em que observam os termos do acordo extrajudicial celebrado pelas partes (Estado do Maranhão e SINPROESEMMA) e devidamente homologado pelo Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Luís em 24/07/2013, que ainda estabeleceu (em 09/12/2013) que as execuções individuais deveriam obedecer a metodologia de cálculo adotada pela Contadoria Judicial, que utilizou, para fins de recebimento de diferenças remuneratórias, como termos inicial e final, 01/11/1995 e dezembro de 2012, respectivamente.

Entretanto, tal decisão contraria frontalmente a tese vinculante firmada pelo TJMA no âmbito do Incidente de Assunção de Competência 18193/2018 (ata de julgamento em anexo), a seguir colacionada:

"O TRIBUNAL PLENO, POR UNANIMIDADE, ADMITIU O

PRESENTE IAC, PARA FIXAR A SEGUINTE TESE JURÍDICA: "A DATA DE INÍCIO DOS EFEITOS FINANCEIROS DA LEI ESTADUAL Nº 7.072/98 É O MARCO INICIAL PARA A COBRANÇA DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS DEVIDAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO GRUPO OPERACIONAL MAGISTÉRIO DE 1º E 2º GRAUS EM RAZÃO DA AÇÃO COLETIVA Nº 14.440/2000. JÁ O TERMO FINAL DESSAS DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS COINCIDE COM A EDIÇÃO DA LEI 8.186/2004, QUE VEIO DAR CUMPRIMENTO EFETIVO A LEI 7.885/2003, POIS, EM SE TRATANDO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO CONTINUADO, A SENTENÇA PRODUZ COISA JULGADA *REBUS SIC STANTIBUS*, PRESERVANDO OS SEUS EFEITOS ENQUANTO NÃO HOVER MODIFICAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS FÁTICOS E JURÍDICOS QUE DERAM SUPORTE À DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO" (TJMA. TRIBUNAL PLENO. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA Nº 18193/2018. PROCESSO Nº 49106-50.2015.8.10.0001. RELATOR: DES. PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA. DATA DE JULGAMENTO: 08 DE MAIO DE 2019.)

Com efeito, restou decidido no âmbito do referido IAC que:

- a) O marco inicial das diferenças salariais é a data de início dos efeitos financeiros da Lei nº 7.072/98, uma vez que a decisão proferida no âmbito da ação coletiva 14.440/2000 declarou a inconstitucionalidade da referida Lei e condenou o Estado ao restabelecimento da diferença de 5% entre as referências da Carreira do Magistério - logo, não é possível apurar diferenças salariais antes da entrada em vigor da Lei que foi declarada inconstitucional, pois somente a partir do momento em que ela passou a produzir efeitos é que houve, de fato, prejuízo aos servidores;
- b) O marco final das diferenças salariais é a edição da Lei 8.186/2004, que deu cumprimento à Lei 7.885/03, que, por sua vez, concedeu aumento de remuneração aos integrantes do Grupo Ocupacional do Magistério restabelecendo o escalonamento de 5% entre as referências (art. 3º, §1º), razão pela qual, a partir da entrada em vigor do supracitado diploma legal, o Estado cumpriu a obrigação de fazer consubstanciada no título executivo judicial, inexistindo diferenças salariais posteriores a pagar.

Cumprе ressaltar que a tese fixada no âmbito do referido Incidente de Assunção de Competência é precedente de observância obrigatória, sob pena de ofensa à autoridade das decisões proferidas pelo TMA, sendo cabível, inclusive, o manejo de Reclamação Constitucional, na forma dos arts. 927,

III; 947, § 3º; e 988, IV do CPC, a seguir transcritos:

(...)

Portanto, tendo em vista que o acórdão decidiu em dissonância com a tese firmada em IAC, houve afronta ao art. 927 do CPC/15, que estabelece que o Incidente de Assunção de Competência é precedente de observância obrigatória, sendo cabível o presente Recurso Especial em face de decisão que contraria lei federal (fls. 227/229).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira e à segunda controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Sustenta o Estado do Maranhão, em suas razões, inexigibilidade do título judicial, alegando tratar-se de coisa julgada inconstitucional, nos termos do art. 535, § 5º, do CPC (correspondente ao parágrafo único do art. 741, do CPC/73).

Primeiramente, não há que se falar em inexigibilidade do título executivo judicial, tendo em vista que se trata de execução autônoma de sentença coletiva, transitada em julgado, não cabendo nesta seara processual discutir acerca da possibilidade, ou não, de se promover o aumento salarial da embargada, visto que, repise-se, isso já foi amplamente discutido na ação ordinária coletiva.

No que se refere à suposta aplicabilidade à presente hipótese do §5º, do art. 535 do CPC, cumpre esclarecer que referida norma está inserida no contexto do *caput* do artigo, o qual enumera em seus incisos, as arguições que podem ser feitas quando da impugnação à execução pela Fazenda Pública.

In casu, quando apresentados os cálculos devidamente individualizados, o Estado citado, todavia, não ofertou impugnação à execução, conforme certidão de fl. 101.

De ressaltar, ainda, que o artigo 535, § 5º, do NCPC (antigo art. 741, parágrafo único, do CPC/73), atribuiu à impugnação (embargos) à execução eficácia rescisória de sentenças inconstitucionais. Por tratar-se de norma que excepciona o princípio da imutabilidade da coisa julgada, deve interpretada restritivamente, abarcando, tão somente, as sentenças fundadas em norma inconstitucional, assim consideradas as que: (a) aplicaram norma declarada inconstitucional; (b) aplicaram norma em situação tida por inconstitucional; ou (c) aplicaram norma com um sentido tido por inconstitucional.

Em qualquer desses três casos, é necessário que a inconstitucionalidade tenha sido declarada em precedente do STF, em controle concentrado ou difuso e independentemente de resolução do Senado, mediante: (a) declaração de inconstitucionalidade com ou sem redução de texto; ou (b)

interpretação conforme a Constituição.

Por consequência, não estão abrangidas pelos artigos citados as demais hipóteses de sentenças inconstitucionais, ainda que tenham decidido em sentido diverso da orientação firmada no STF, tais como as que: (a) deixaram de aplicar norma declarada constitucional, ainda que em controle concentrado; (b) aplicaram dispositivo da Constituição que o STF considerou sem auto-aplicabilidade; (c) deixaram de aplicar dispositivo da Constituição que o STF considerou auto-aplicável; e (d) aplicaram preceito normativo que o STF considerou revogado ou não recepcionado.

Também estão fora do alcance dos artigos indicados no presente recurso, as sentenças cujo trânsito em julgado tenha ocorrido em data anterior à vigência do dispositivo tido por inconstitucional.

Ocorre que, no caso dos autos, o recorrente sequer indica qual dispositivo utilizado na sentença estaria inquinado do vício da inconstitucionalidade para assim, tornar a sentença/título judicial que nele se baseou inconstitucional (fls. 182/183).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Quanto à terceira controvérsia, por sua vez, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido: “Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo* – Súmula n. 211 – STJ”. (AgRg nos EREsp 1138634/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, Corte Especial, DJe de 19/10/2010.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019; e AgRg no AREsp 1.647.409/SC, relator Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 1º/7/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente